

# DOMESTICIDADE, GÊNERO E MEDIAÇÕES NA HABITAÇÃO SOCIAL MODERNA BRASILEIRA, ANOS 1930-1950

*Flávia Brito do Nascimento*

## Resumo

O artigo problematiza os discursos sobre as formas de morar nos conjuntos residenciais públicos construídos pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões e pelo Departamento de Habitação Popular nos anos 1930 a 1950. Olhando para as mediações profissionais na ocupação e gestão dos espaços domésticos feitos pelas profissionais mulheres - notadamente as assistentes sociais - exploram-se as tensões entre a constituição do ideal de operária na condição de, ao mesmo tempo, dona de casa e trabalhadora, em face do ideal doméstico e das lutas por direitos femininos no Brasil. Discute-se o lugar da casa operária na conformação da produção estatal de habitação e na crítica às habitações populares e às formas de morar do pobre.

**Palavras-chave:** habitação popular, conjuntos, assistentes sociais, gênero

**Keywords:** public housing, housing blocks, social workers, gender

## INTRODUÇÃO

Joana, personagem principal da peça teatral “Gota d’Água”, de 1975, escrita por Chico Buarque e Paulo Pontes, é moradora da Vila do Meio-Dia, no Rio de Janeiro. Mãe de dois filhos luta por manter-se na Vila diante dos planos de venda e demolição por seu proprietário. A peça escrita em meio à ditadura civil-militar recria o mito de Medeia de Eurípedes no contexto carioca, cujos dramas da moradia precária e dos relacionamentos amorosos a levam a matar os dois filhos e a cometer o suicídio. As relações entre as mulheres e a moradia popular já haviam sido exploradas em 1890, no clássico “O Cortiço” de Aluísio de Azevedo, ambientado também no Rio de Janeiro. A diversidade de formas de ser e estar no mundo das mulheres do livro - a jovem virgem, a prostituta, a lavadeira, a adúltera, a ambiciosa - criavam e recriavam o imaginário da precariedade do morar nos cortiços em que a convivência coletiva e os poucos recursos eram territórios dignos de obras ficcionais.

As mulheres dos dois textos encontram-se no “mesmo lugar”: moradias de aluguel - cortiços ou vilas - de estatuto jurídico instável, na eminência do desaparecimento, onde os comportamentos sociais são criminalizados na expectativa da higienização, normatização e disciplinarização. (Decca, 1987, 1990; Rago, 1987; Hardman, 2002; Blay, 1985; Chalhoub, 1986) O ideário de família nuclear e tradicional que reformadores sociais, arquitetos e médicos estrutu-

ram para o trabalhador desde o final do século XIX e com força a partir do século XX fincou raízes no confronto entre o morar popular idealizado pela literatura e o vivido no cotidiano. Do discurso higienista das vilas operárias aos conjuntos residenciais modernos dos Institutos de Aposentadorias e Pensões varguistas e do Departamento de Habitação Popular do Rio de Janeiro, a casa do trabalhador será associada, também, à possibilidade de ordenação dos ambientes privados. O homem público do trabalho teria sua formação assegurada no esteio da família nuclear, com papéis sociais definidos.

A relação entre mulheres, espaço doméstico e mundo do trabalho é uma fresta que permite pensar as construções de sentido à arquitetura e urbanismo e à habitação social, olhando para a produção estatal de habitação e as mediações dos especialistas, notadamente para a prática profissional feminina. Como destacou Silvana Rubino (2010; 2017), os vínculos entre gênero, arquitetura e urbanismo são frequentemente silenciados. Trabalhos da última década têm olhado para o papel dos atores sociais no mundo edificado, as relações entre arquitetos, clientes e promotores, as relações de gênero e o lugar das mulheres, as estruturas administrativas e seus desdobramentos na produção dos espaços, as individualidades intelectuais e o lugar no coletivo.<sup>1</sup> Embora haja interesse crescente da historiografia no Brasil e no mundo nas domesticidades populares, nos sujeitos sociais, os papéis de gênero e a promoção pública de habitação são temas que se anunciam.

<sup>1</sup> Cito os trabalhos monográficos de José Lira para Warchavchik (2011), Joana Mello sobre Franz Heep (data) e Camila Rosatti sobre a arquitetura moderna paulista (2012) e também a coletânea de Silvana Rubino, Joana Mello, José Lira e Flavia Nascimento sobre o tema da domesticidade, gênero e cultura material (2017).

Trabalhos sobre conjuntos residenciais no Leste Europeu, antiga União Soviética, França, Argentina ou México mostram como os sujeitos sociais tensionaram e se apropriaram dos projetos estatais, possibilitando entradas de construção de uma história social da habitação. As críticas à arquitetura habitacional do pós-guerra construída em massa têm sido mediadas por pesquisas que buscam nos usos e nas experiências cotidianas matizar discursos de homogeneidade e imparcialidade, focados, muitas vezes, tão somente nos seus aspectos materiais.<sup>2</sup> Para o caso francês, a historiadora Annie Fourcaut (2003, p.8, 13) indica a necessidade de olhar os “grands ensembles” franceses na sua historicidade, compreendendo as etapas cronológicas, os atores, as políticas públicas e suas origens. São temas que permanecem enevoados por representações sejam do senso-comuns, sejam científicas, construídas ao longo de cinquenta anos. Ou seja, os conjuntos devem se tornar objetos da história.

Os padrões de moradia estatal feitos para os trabalhadores durante os anos 1930 a 1950 e o lugar que o espaço doméstico ocupa nas formas de morar coletivas dos conjuntos de habitação moderna é território inexplorado no caso nacional. Como os técnicos se utilizaram das formas de morar brasileiras na concepção dos apartamentos e casas dos conjuntos residenciais e qual o resultado produzido do ponto de vista do programa habitacional e da organização interna dos espaços são questões de reflexão historiográfica.<sup>3</sup> Neste artigo, o que se

pretende discutir são as concepções de morar e as domesticidades idealizadas nos conjuntos residenciais construídos pelo Estado para a família operária nos anos 1940 e 1950, entendendo a casa operária como o lugar onde se expressam a reprodução e a resistência moderna. (Liernur, 2014, p. 44)

## HABITAÇÃO SOCIAL, ESTADO E DISCURSOS DE DOMESTICIDADE

A equação arquitetura moderna-habitação social no Brasil tem início no Estado Novo a partir de 1937 com as políticas vanguardistas de construção de direitos para os trabalhadores. A habitação será promovida pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por meio dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, cuja participação era compulsória aos trabalhadores, gerando importante acúmulo de reservas. De 1942 em diante, às possibilidades econômicas somam-se os pressupostos ideológicos de formação do “novo homem” trabalhador também através da habitação. (Gomes, 1988)

A produção e os debates sobre a habitação do trabalhador urbano remontam às primeiras décadas do século XX, numa história que é comum a diversos países. A preocupação com a moradia tem eco entre engenheiros e médicos, entre outras profissões, que, articulados às políticas liberais do Estado brasileiro, debatem a moradia em fóruns diversos como congressos, publicações e encontros. Estando em acordo com Liernur e Ballent (2014,

<sup>2</sup> A narrativa clássica a promoção de habitação social moderna e os debates sobre suas aderências sociais e intelectuais ficam raízes nos estigmas da produção massiva. Desde Charles Jencks (1978), que decretou o fim da arquitetura moderna com a demolição do conjunto Pruitt Igoe nos Estados Unidos que a historiografia busca compreender em perspectiva história das experiências do morar na modernidade. Trabalhos diversos verticalizam os estudos das experiências do morar – da produção à apropriação. Destaco Rubin, 2016; Aboy, 2005; Michel, Derainne, 2005; Varga-Harris, 2015; Garay, 2004.

<sup>3</sup> O artigo desenvolve-se no âmbito da pesquisa “Domesticidade e habitação social moderna na França e no Brasil: historiografia e patrimônio”, desenvolvida no Centre d’Histoire Sociale des Mondes Contemporains – CHS Université de Paris 1 Panthéon-Sorbonne, financiada pela Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paul, processo n.2018/24251-6. E na tese de livre-docência pela FAUUSP (em andamento) intitulada “Viver em conjunto: domesticidades e patrimonialização da arquitetura moderna”.

<sup>4</sup> Os esforços de inclusão do debate habitacional na agenda de pesquisas sobre a arquitetura moderna brasileira estão evidenciados na série de livros *Pioneiros da Habitação Social*, especialmente no Volume 2, em que se evidencia por meio de detalhado inventário a extensão e a diversidade da produção de habitação social no Brasil. (Bonduki; Koury, 2014)

<sup>5</sup> Sobre o debate da família operária e seu papel na ordem produtiva, há clássicas discussões como as de Maria Célia Paoli, 1992.

p. 35) que analisam o caso Argentino, entendo que a arquitetura moderna que se promoverá a partir dos anos 1930 e 1940 sob a forma de conjuntos habitacionais serão herdeiras dos diálogos prévios, aos quais se agregam outras valências, tais como o direito à moradia. Na França, o processo de burocratização e de estabelecimento de um sistema de gestão centralizado sobre o tema da habitação se faz desde o final do XIX, mas com a Primeira Guerra Mundial ganha novo impulso que será amplificado após a Segunda Guerra Mundial com a construção massiva de habitação social, por meio do que chamaram “grands ensembles”. (Voldman, 2016)

A produção habitacional e a arquitetura moderna no Brasil estiveram lado a lado e foram centrais no processo de constituição do trabalhador estadonovista, com nuances peculiares ao regime varguista. Serão planejados inúmeros conjuntos habitacionais a partir de 1937, com impacto significativo na constituição dos subúrbios em expansão (Aravecchia-Botas, 2017). Como fala Gorelik (2005, p. 11), a moradia massiva foi “impulsionadora fenomenal de vínculos criativos entre a cultura arquitetônica latino-americana e a questão social”.

Com a Revolução de 1930, a habitação será entendida como um dos fortes instrumentos de mudança. O amplo quadro de materializações do debate habitacional dava conta das experimentações, possibilidades e limitações locais em seus termos intelectuais e materiais. A mudança do status do trabalhador

e o papel educativo da habitação eram centrais às políticas de construção de conjuntos residenciais autônomos, em que as articulações entre casa e família são claras. (Gomes, 1988, p. 34) Foram cerca de 300 conjuntos construídos principalmente pelos diversos Institutos de Aposentadorias e Pensões em todo território nacional; em números mínimos, mas de grande caráter simbólico pelo Departamento de Habitação Popular do Rio de Janeiro, tais como: Realengo (RJ) e Vila Guimar (SP), ambos do arquiteto Carlos Frederico Ferreira, Penha (RJ) e Anchieta (SP) de autoria dos Irmãos Roberto, Paquetá (RJ, de Francisco Bolonha), Deodoro (RJ, de Flavio Marinho Rego), Casa da Bancária (RJ, arquiteto Carlos Leão) e Pedregulho (RJ, de Afonso E. Reidy).<sup>4</sup> (Bonduki, Koury, 2014; Koury, 2019)

O Estado promoveu a habitação a partir dos anos 1930 também porque ela possibilitava a ingerência nas dimensões sociais e privadas dos trabalhadores, em que os valores de domesticidade no meio operariado ganham força com a introdução de ideais familiares. Era preciso além de normatizar o espaço habitacional, acompanhar sua ocupação para que não se tornassem lugares de sujeira, doença ou ócio, perturbadores dos modelos de transformação dos trabalhadores em cidadãos<sup>5</sup>. Como questão de Estado, seguindo novamente a interpretação de Liernur e Ballent (2014, p.34-35), a provisão de habitação foi para além da provisão do abrigo. Ao incorporar serviços públicos como eletricidade e água

encanada e disposições espaciais que permitiam a diferenciação de funções da vida doméstica como a separação de cada família e a distinção dos papéis familiares, a habitação alcançou uma condição político-cultural, reguladora de serviços e ordenadora de atividades e corpos, capazes de reunir ou separar.

A preocupação com o ensinar a morar àqueles que vinham de casas unifamiliares “com horta e jardim” ou de condições precárias permeava o discurso dos técnicos. Para Carmen Portinho, urbanista e diretora do programa habitacional do Departamento de Habitação Popular do Rio de Janeiro, comenta nos anos 1940:

**O trabalhador precisa, antes de mais nada de ser educado para a vida em sociedade, o que será relativamente fácil, desde que se lhe ofereçam os meios de educação necessários ao lado de condições de vida condigna<sup>6</sup>. (Portinho, 17/03/1946)**

Ou, ainda, nas palavras da assistente social Maria Esolina Pinheiro em 1939, coordenadora do Serviço Social dos Parques Proletários no Rio de Janeiro:

**As casas de cômodos, exploradas pelo locador, sem ordem, sem higiene e sem conforto, abrigam, em um só compartimento, famílias numerosas e em promiscuidade. Como exigir dessas famílias a moralidade, a ordem, a obediência às leis de harmonia social? Decerto sempre existiu essa classe infeliz, mas o que assusta é o seu crescimento. (Pinheiro, 1939, p. 22)**

A forma da casa, sua organização em

planta e o mobiliário, eram dimensões do aspecto educativo das políticas de habitação. A diversidade de modelos de moradia propostos nos conjuntos residenciais dos vários institutos dá conta do amplo espaço de discussão sobre a casa para o trabalhador. Os debates aparecem nas políticas do Departamento de Habitação Popular, na Fundação da Casa Popular e nos Institutos de Aposentadorias e Pensões, não apenas como viabilidade técnica – arquitetônica ou urbana –, mas permeadas por razões mais etéreas, mas igualmente políticas, como as do sonho da casa própria e da privatização do morar. (Bonduki; Koury, 2014)

Para os promotores da habitação social junto ao Estado, a moradia unifamiliar com casas isoladas no lote representava, por um lado, o desperdício de meios, e, por outro, o modelo de vida indesejado por uns ou desejado por outros (Bonduki, 1998; Oliveira, 1941). Nas unidades de vizinhança o espaço privado poderia ser reduzido, tal como nos preceitos internacionais de arquitetura moderna, mas nem sempre eram apartamentos pequenos, vale ressaltar. Em situações ideais – que nem sempre se apresentaram –, a casa se completava com os demais espaços do conjunto: grandes áreas livres, escola, espaços comunitários, clube, creche, serviço social e posto de saúde. Vale dizer que as experiências internacionais de promoção de habitação operária legitimaram, no discurso dos Institutos, as realizações. Por exemplo, no relatório de 1940 são citadas as cidades-jardins inglesas, as “construções

<sup>6</sup> Citação de Carmen Portinho feita numa série de artigos que escreve para o jornal carioca *Correio da Manhã*, por ocasião de seu retorno do Reino Unido, onde esteve visitando os sítios e acompanhando os debates da reconstrução. Os temas são a habitação popular e as questões da vida feminina.

<sup>7</sup>A fronteira dos trabalhos domésticos não partilhados são alvo de extensas reflexões de feministas na contemporaneidade em diálogo com as lutas e debates das gerações anteriores. A instância de acumulação do capital viabilizada pelo trabalho gratuito doméstico é argumentada em Federeci, 2017. Para o debate na condição e restrições impostas pelo trabalho doméstico em perspectiva contemporânea ver, por exemplo, os artigos reunidos no livro de Gillis e Hollows, 2010.

populares ao redor de Paris e de Roma”, as cidades operárias de Paris e de Roma, além das realizações americanas. (Iapi, 1940, p.90)

### **SABERES DA CASA, DIREITOS FEMININOS: DEBATES A REDOR DO LAR E SEU PAPEL NA CONDIÇÃO FEMININA**

O cunho educativo foi fundamental na constituição de um programa de moradia que partiu, ele mesmo, das domesticidades modernas na sua relação com os trabalhadores e trabalhadoras. Para Hilde Heynen (2005, p.9-16), existe certa cumplicidade entre modernidade e domesticidade. A domesticidade é construção do século XIX, também na chave da reação às divisões entre as esferas masculinas e femininas. A separação para uns e a conquista para outros do espaço público, permitiu discutir a domesticidade nos termos como arranjos legais, organizações espaciais, padrões de comportamento, efeitos sociais e constelações de poderes. Domesticidade e arquitetura moderna são cúmplices ao combinar gênero, papéis femininos e novas propostas de morar, que deveriam provocar revoluções do morar por meio de dispositivos diversos, como plano livre, transparência, habitação coletiva, racionalização, higiene, eficiência e ergonomia.

A profissionalização dos saberes da casa e seu de espaço de legitimidade para as mulheres se organizou desde o século XIX. Manuais, livros e revistas

escritos por e para mulheres as ajudavam a cumprir com os papéis da casa e do casamento. Nas primeiras décadas do século XX, surgem outros trabalhos visando a racionalização das tarefas do habitar, acreditando que a ciência da casa era em si libertadora. A constituição de um campo da produção em larga escala da habitação social na Áustria, Alemanha, Inglaterra, França e Estados Unidos estará acompanhada dos estudos sobre o morar feito por mulheres como Erna Meyer, Lilly Reich, Grete Lihotsky, Elizabeth Denby, Catherine Bauer, entre outras. (Muxí, 2018) A americana Catherine Bauer, conhecida no Brasil por Carmen Portinho, por exemplo, foi importante na divulgação das experiências europeias de moradia moderna. O livro “Modern Housing” apresenta e discute as habitações em conjuntos europeus, também nos seus aspectos domésticos, como a organização interna de modo a facilitar a colocação do mobiliário, a circulação e a limpeza, bem como equipamento adequado da cozinha, afim de simplificar ao máximo o trabalho doméstico e facilidades para lavar e secar roupas, na própria habitação ou em lugar centralizado. (Nascimento, 2008)

A casa foi importante dimensão da construção dos direitos femininos: racionalizar ou não a cozinha e os espaços domésticos importava às feministas desde os anos 1920 e 1930.<sup>7</sup> A cozinha tornou-se tema muito debatido, pois refletia as mudanças familiares com a entrada da mulher no mercado de trabalho e o progressivo afastar das lides domésticas.

Seu ícone é a Cozinha de Frankfurt de autoria da austríaca Grete Schutte-Lihotzky. Completamente racionalizada e mínima, era um manifesto pela racionalidade dos serviços domésticos. Todos seus equipamentos foram produzidos em massa e poderiam ser comprados por preços a razoáveis. Ela foi resultado de exaustivos estudos de ergonomia e de racionalidade a partir de estudos sobre o tema já publicados nos Estados Unidos. (Henderson, 2006)

Racionalizar a cozinha era emancipar ou era manter a mulher trabalhadora em casa? Para Susan Henderson (2006), a Cozinha de Frankfurt serviu, na verdade, para liberar a mulher alemã para exercer mais plenamente as funções de mãe e esposa. Entende que estes trabalhos serviram para a re-domesticação da mulher, não havendo a ruptura com seus papéis já estabelecidos. Já no caso inglês, a reformadora social Elizabeth Denby, autora de “Europe re-housed”, de diversos artigos e programas de rádio, envolvida desde os anos 1930 com políticas de habitação, entende a casa racional de outra forma. (Muxí, 2018, p. 182) No conjunto experimental de Kensal House de 1933, feito com sua direta participação por encomenda da Electrical Industry, os serviços de moradia permitiam tempo livre para além das esferas do lar. O conjunto foi um cenário didático para novas formas, novas tecnologias e discurso progressista. Nos discursos ingleses, reformar as esferas privadas era recurso não somente para que as mulheres se tornassem melhores esposas e mães, mas

para que também pudessem ter mais tempo livre para outras atividades da vida. (Darling, 2005, p. 51-53)

Os papéis femininos sobre os saberes da casa no Brasil ficam evidentes no debate sobre a mulher trabalhadora e as lutas por direitos desde os anos 1920. A constituição do estado de direitos sociais do regime varguista colocará o trabalhador e a família no centro das políticas sociais, sobretudo após os anos 1940. O lugar da mulher na casa será indissociável da família e de seus papéis políticos. O Estado se incumbirá de cooperar para a elevação do padrão de vida do lar, não só, mas também, nos programas habitacionais que assumirão feições claramente vinculadas à arquitetura moderna.

Os direitos da mulher, que antes da Constituição de 1934 eram debatidos por Bertha Lutz – porta-voz das lutas femininas no Brasil desde os anos 1920 - na chave da constituição das diferenças entre homens e mulheres, assumem novos significados. Os direitos reforçavam-se a partir da família, a célula a ser protegida. A proibição do trabalho noturno e outros direitos assumidos em 1932 e depois em 1934 davam sentido ao tempo que deveria ser passado com os filhos e com os cuidados domésticos. Bertha Lutz, incorporada ao aparato estatal varguista, destaca o papel da mulher operária e ao mesmo tempo do lar. Defende que dar direitos às mulheres era salvar não tanto a mulher em si, mas os interesses da raça. Segundo Gláucia Fraccaro, até mesmo as feministas mais aguerridas em favor dos direitos das

<sup>8</sup> Entrevista do morador RJ (siglas utilizadas para manter a confidencialidade dos entrevistados) concedida à autora em 03/10/2015, no quadro do projeto de pesquisa “Memória dos conjuntos residenciais modernos em São Paulo: preservação do patrimônio cultural e educação patrimonial.” Nascimento, 2016.

<sup>9</sup> Segundo os entrevistados, para ser admitido nos conjuntos residenciais os trabalhadores deveriam ser casados (Nascimento, 2016). Pela lei brasileira dos anos 1930 a mulher não poderia ser responsável pela família, papel que ficou resguardado aos homens. (Fraccaro, 2018).

<sup>10</sup> Revista dos Inapiários, n. 16, 1939, p. 34.

mulheres ao trabalho sentiam a necessidade de insistir na compatibilização entre trabalho e maternidade. (Fraccaro, 2018, p. 151-208; 214)

Com efeito, o ideal da casa como domínio da mulher é evidente em diversos aspectos da vida cotidiana tal como mobilizadas nas lembranças dos antigos moradores de conjuntos habitacionais paulistas construídos pelo IAPI e IAPB. As mulheres quase nunca são protagonistas das existências familiares e das lembranças dos antigos moradores. O trabalho do pai, a cidade de São Paulo, os amigos, as festas, o futebol, as brincadeiras, os espaços livres, a casa, são recorrentes. Mas quando perguntados sobre o lazer das mulheres ou suas atividades fora do mundo do trabalho, há sempre hesitações, e a afirmação que os cuidados com tantos filhos e com a casa deixava pouco tempo para outras coisas, que não a costura ou o rádio <sup>8</sup>.

O ideal de mulher operária dos anos 1930 e 1940 propagado pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários - IAPI será ao mesmo tempo do lar e trabalhadora. O discurso da seguridade social dos Institutos de Aposentadorias reforçava este duplo papel. O ideal da mulher do lar que cuidava dos filhos e da casa tem raízes na concepção da família operária normatizada pelo Estado. Lar e família eram aspectos importantes da formação do trabalhador sindicalizado, organizado em torno de uma família estável.<sup>9</sup> Entretanto, o ideal da mulher do lar era articulado ao da mulher trabalhadora. A mulher habitante dos conjuntos

habitacionais assumirá um duplo papel: o habitual de dona do lar acrescido do de trabalhadora.

As publicações na Revista dos Inapiários, que circulou a partir de 1938 entre os associados do Instituto, veículo fundamental de propaganda e construção do perfil do “inapiário”, conforme Nilce Aravecchia (2016), nos ajudam compreender a construção da mulher que era simultaneamente do trabalho e da casa. A coluna Página Feminina do periódico exaltava e estimulava o trabalho fora de casa, sempre como um complemento das habilidades inatas da mulher no ambiente doméstico. No número 16 de 1939, a coluna Feminina, assinada pela colunista Suzana Moura de Campos Melo, funcionária da Administração Central do IAPI, fala do papel da mulher operária dentro e fora de casa, valendo-se de Cecília Meirelles para legitimar o trabalho feminino:

*É grato verificar que a mulher vem fazendo jus ao que lhe foi concedido por lei, desincumbindo-se satisfatoriamente dos seus novos encargos. Principalmente nos trabalhos minuciosos, que exigem paciência e devotamento, a sua colaboração tem dados os melhores resultados. (...) Esse aproveitamento racional das qualidades inatas da mulher, entre as quais se destacam a dedicação natural às crianças e aos fracos, e o seu conhecimento das necessidades de ordem prática, daria um sentido objetivo ao que há nisso tudo de sentimentalismo <sup>10</sup>.*

Na Página Feminina do número 19, da mesma revista, o artigo intitulado

“Duas funções sociais”, não deixa dúvidas que o trabalho feminino era uma continuidade, na esfera pública, das funções que sempre desempenhara no ambiente doméstico. A jovem mulher trabalhadora da ilustração dos “tipos de mulher” é inteligente, prática e compreende bem os homens. O que não a impede de ser “certamente, uma esposa maravilhosa”. O lar era o “primeiro no ciclo das coisas que condicionam a vida”. E, portanto, “(...) fazer da casa um lar, é a justa e constante aspiração da mulher! A alma feminina encontra, aí, o esplendor supremo da gratidão aos homens”<sup>11</sup>.

O trabalho deveria ir lado a lado à feminilidade e à conformação da família. Na Revista dos Inapiários a coluna social ao final das edições trazia frequentemente as fotografias dos casamentos dos associados Brasil a fora. As propagandas de pó de arroz, de fogão, camas patente, denotam as leitoras e qual imagem de consumo a se desejar. Claro que não é surpresa que as tarefas domésticas nos conjuntos habitacionais eram legadas às mulheres, trabalhadoras ou do lar. O discurso da aptidão à vida doméstica é naturalizado quando as dificuldades da rotina numa época sem geladeira, sem máquina de lavar roupas ou outros equipamentos domésticos são citadas pelos moradores como parte da vida de trabalho. Embora haja, por exemplo, apartamentos como no Conjunto Residencial Santa Cruz (IAPB – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários) com quarto de empregada, a possibilidade de ajuda doméstica só aparece em momento pos-

terior ou em poucos casos. A exaustão do trabalho ou a possível rotina ou solidão da vida em conjunto é lembrada pelas mulheres e associada à sua existência nas habitações:

**Era difícil, muito difícil. Eu não parava, imagina dizer que antigamente era bom, bom é agora. Que mulher tem máquina de lavar roupa, televisão, tem geladeira, não na época da minha mãe que não tinha nada.**<sup>12</sup>

E as habitações coletivas promovidas pelo Estado tiveram papel discursivo e prático na mediação entre os mundos do trabalho e as esferas domésticas praticadas pelas mulheres nas suas famílias. Tal condição me parece ser assumida de duas formas: na composição de espaços internos e externos, por meio de lavanderias, clubes, escolas, postos de saúde, mas também móveis, cozinhas, banheiros, em diálogo com preceitos internacionais do movimento moderno em tensão com as configurações sociais da casa brasileira (nos seus habitantes e usos) e nas mediações, tutelas e explicações do morar, feitas pelos saberes profissionais, notadamente mulheres dos grupos sociais médios e altos. As poucas mulheres com acesso à educação e ao ensino superior vão ter no campo dos saberes da casa e de sua profissionalização uma dimensão trabalho desde o século XIX. (Heynen, 2005, p. 7-8) Enfrentando as assimetrias de gênero no ambiente profissional, arquitetas, engenheiras, assistentes sociais e jornalistas assumiram o lugar o discurso sobre a “vida moderna” e seu ensinar, de

<sup>11</sup> “Página Feminina”, Revista dos Inapiários, n. 30, 1940.

<sup>12</sup> Entrevista do morador MRS, Várzea do Carmo, 30/06/2016. Siglas para manter a confidencialidade) concedida à autora em 03/10/2015. (Nascimento, 2016)

maneiras mais ou menos evidentes. A assistência social será um campo dominado pelas mulheres, que desde os anos 1930 no Brasil se constituíram em especialistas dos modos de morar dos trabalhadores. E o seu *ethos* profissional passará pela legitimidade da ajuda e dos cuidados com outros em campos diversos, e aqui especificamente na dimensão da casa popular.

### AS MEDIAÇÕES DO MORAR POPULAR

O assistencialismo social ganha força no Brasil a partir da era Vargas e de suas aproximações com o ideário de renovação social da Igreja. Construir o “homem novo” do Estado Novo passava necessariamente pela habitação. Contudo, fornecer casas ao povo não era o bastante. A tarefa de renovar o trabalhador e colocá-lo em acordo com suas novas tarefas na sociedade implicava profundas mudanças nos hábitos e costumes. A casa nova deveria receber moradores novos. Ou ainda, moradores novos deveriam surgir do processo de convivência e aprendizagem em suas novas casas modernas. A ação didática da arquitetura moderna não prescindia daqueles que iriam ensinar cotidianamente a conviver nos espaços projetados.

Maria Esolina Pinheiro, uma das mais importantes assistentes sociais na estruturação da profissão, no seu livro “Serviço Social, infância e juventude desvalidas” de 1939, um dos primeiros manuais nacionais sobre o tema, destaca

a habitação social como território da atuação profissional das assistentes. Estava a par das políticas do Ministério do Trabalho, coadunando com as soluções apresentadas por arquitetos como Rubens Porto, um dos ideólogos do programa habitacional dos Institutos:

Na obra de amparo às famílias menos favorecidas, destaca-se o problema da habitação popular. O Serviço Social coopera para resolvê-lo, de um lado com o engenheiro social que estabelece os planos das cidades jardins, bairros operários, habitações populares e, de outro lado, pela propaganda do seguro social, de caixas de previdência e do desenvolvimento do espírito associativo-cooperativista, que visa a solução do problema sob seu aspecto econômico financeiro. (...) Outro aspecto importante da questão – o tipo de casa mais adequado é exposto por Rubens Porto, em seu livro, sobre casas operárias: vilas operárias com 2000 moradias econômicas a serem construídas em série por processos racionalizados. Neighbour-hood unit cells, isto é, dos conjuntos urbanos que a si mesmo bastam. (Pinheiro, 1939, p. 21-23.)

O papel educativo e formativo das casas se completava na dimensão feminina pela atuação das assistentes sociais. Novas profissionais, elas passam a ser muito requisitadas no contexto estadonovista, no lugar formativo do operariado, nas suas muitas dimensões. Ligadas ao pensamento católico, as escolas de Serviço Social foram fundadas nos anos 30 e 40 para formar profissionais, mulheres em

sua esmagadora maioria, para trabalhar junto aos “menos assistidos”, mormente para o Estado em programas sociais como os de habitação para os trabalhadores. (Nascimento, 2008, Capítulo 2)

A convicção do lugar importante da esfera familiar na formação do trabalhador levou ao acompanhamento cotidiano dos moradores pelas assistentes sociais. Em alguns conjuntos, como Realengo e Pedregulho no Rio de Janeiro, uma equipe de profissionais estava à disposição, inclusive morando em apartamentos dos conjuntos ou em locais próprios para o Serviço Social, promovendo atividades sociais diversas, de cunho civil e religioso, fazendo acompanhamento familiar e escolar das crianças, e, em última análise, ensinando a morar. A intenção de formar famílias e mantê-las morando adequadamente nos conjuntos residenciais estava explícita na sua atuação:

**Constituirá (...) grave erro transportar para esses conjuntos a massa operária provinda de diferentes meios sociais e deixá-la abandonada, enfrentando a falta de recursos sociais; será necessário reconhecer que o operário, se educado e sadio, estará em situação de produzir mais e melhor para si, sua família e sua nação, concorrendo assim para o equilíbrio social (Balthazar, 1954, p. 2)**

A atuação do assistencialismo nos conjuntos residenciais esteve intimamente associada a um modelo familiar. Partindo da premissa de que o mundo estava em crise moral e que a família era uma

das células primordiais de regeneração, as assistentes empreendem o trabalho de reeducação com todos os membros da família. Nos conjuntos habitacionais os que receberiam os ensinamentos primordialmente eram as mulheres e os filhos, já que, ao menos em teoria, eram aqueles que permaneciam em casa. O homem deveria limitar-se ao espaço da fábrica. O trabalho feminino era permitido apenas quando fosse imprescindível para o “bem da indústria”. (Souza, 1944, p. 44)

Estruturar os moradores para a mudança e orientá-los para a vida em novas condições era uma das características da organização dos conjuntos residenciais. O Centro Social era um equipamento-chave, que sempre esteve contemplado. Os primeiros centros sociais em conjuntos residenciais no Brasil foram inaugurados no Conjunto Residencial de Realengo do IAPI, em 1942, e no Conjunto Residencial de Ramos, em 1943, do IAPC. Seguindo-se de outros tantos conjuntos do IAPC como o de Olaria (1945), Coelho Neto (1949) e Del Castilho (1951). As atividades planejadas nos conjuntos eram basicamente as mesmas que se organizavam nos Centros Sociais ou Centros de Ação Social (CAS) em outros lugares do Rio de Janeiro, como nos Parques Proletários, nas favelas e nas Igrejas. Essa é uma estratégia de muitos conjuntos habitacionais.

No Conjunto de Realengo, cuja assistente social tornou-se emblemática para os moradores (Mangabeira, 1986, p. 252), os serviços e atividades eram diversificados como cursos de corte e costura,

<sup>13</sup> Sobre a experiência do Departamento de Habitação Popular nas suas realizações urbanas e arquitetônicas, embates políticos e configurações urbanas ver o livro Nascimento, 2008.

<sup>14</sup> Anna Augusta Almeida, assistente social, graduou-se em 1946 pelo Instituto Social (com o trabalho de conclusão de curso “Serviço Social na Indústria”), depois transformado em Escola de Serviço Social da PUC, onde recém-formada começou a lecionar. Como representante da geração fundadora das práticas assistencialistas na cidade, teve uma vida profissional muito ativa desde os primeiros anos, estabelecendo-se como autoridade no assunto entre 1960 e 1980. Em 1946, fez o primeiro concurso para agente social da PDF, indo trabalhar na rede hospitalar municipal, já tendo trabalhado na Siderúrgica Nacional e sendo assistente social da Indústria Villares. Convidada por Carmen Portinho assumiu o cargo de assistente social do DHP, onde permaneceu por doze anos. Entrevista de Anna Augusta Almeida à autora em 24.01.2002.

<sup>15</sup> PDF, Regimento Interno, 1950, p. 2.

cooperativa, clube feminino, atividades esportivas, festas, publicações locais, prêmios, biblioteca e trabalhos manuais. Entendia-se que sem essas atividades o conjunto residencial seria:

**(...) apenas um agrupamento de indivíduos traumatizados por uma série de problemas, muitos deles ligados à habitação anterior, e incapazes por si mesmos, de evoluir e assumir responsabilidades sociais que lhes cabem. (Oliveira, 1954)**

Carmen Portinho e Affonso E. Reidy, casal que idealizou o programa habitacional do Rio de Janeiro no DHP <sup>13</sup>, incorporam o discurso da necessidade de serviço social nos conjuntos residenciais como Pedregulho e Paquetá. Considerando que os arquitetos e urbanistas planejavam os conjuntos dentro de uma agenda espacial a ser cumprida, esta não poderia correr o risco de degradar-se rapidamente se deixada à mercê do uso cotidiano:

**A assistência social deverá fazer parte obrigatória dos programas de realização dos núcleos residenciais. O trabalhador precisa, antes de mais nada de ser educado para a vida em sociedade, o que será relativamente fácil, desde que se lhe ofereçam os meios de educação necessários ao lado de condições de vida condigna. (Portinho, 17.03.1946)**

Às assistentes do DHP cabia estabelecer o vínculo entre o espaço moderno construído e os usuários, ensinando a maneira “correta” de interagir com suas

casas. Transformar os moradores em cidadãos era sua tarefa, cumprida através da educação das famílias no interior das casas e dos menores e das mulheres nas áreas destinadas para tanto, como escola, jardins, centro de saúde ou centro social. Desde 1946, quando se instituiu o DHP, que existiu um serviço social de conjunto, inicialmente dirigido por Carmen Portinho até se tornar Diretora geral do Departamento. O serviço foi coordenado desde 1948 pela assistente social Anna Augusta Almeida<sup>14</sup> e uma equipe de estagiárias. Para a assistente, seu trabalho foi muito além da assessoria posterior das casas, ela mesma, junto com os arquitetos do DHP, ajudara a compor o programa habitacional proposto. De qualquer forma, graças ao seu trabalho, sabemos, por exemplo, quem foram os primeiros moradores dos conjuntos de Pedregulho e de Paquetá no Rio de Janeiro, as tensões do morar, as atividades de gestão e uso dos espaços. Para iniciar o trabalho, o serviço social do DHP aprovou um regimento interno do Conjunto Residencial Pedregulho que determinava suas funções e subdivisões. As assistentes ficavam, por regulamento encarregadas de:

**(...) promover o bem estar social e garantir assistência social sob todos os seus aspectos aos servidores municipais e respectivas famílias, residentes no Conjunto.<sup>15</sup>**

Segundo o relatório do Serviço Social elaborado para o DHP, houve uma resistência ao uso da lavanderia do Pedregulho, tendo que se criar um sistema

invisível de marcação das roupas para evitar os tais constrangimentos. (Jean, 08/04/1951) Desta forma, os funcionários da lavanderia não saberiam de quem eram as roupas lavadas. Mas, ao que parece, nem isto estimulou os moradores a fazê-lo. Para dar um exemplo positivo, de acordo com depoimento da arquiteta Lygia Fernandes do Departamento de Habitação Popular, ela própria, Affonso E. Reidy – o autor do projeto arquitetônico – e Carmen mandaram lavar suas roupas na lavanderia coletiva <sup>16</sup>.

A primeira lavanderia coletiva construída no Rio de Janeiro foi no Conjunto Residencial de Olaria (IAPC – Instituto de Aposentadoria e Pensões) de 1945, projeto do engenheiro Ulysses Hellmeister. O conjunto contava com 484 casas agrupadas em quatro ou em oito, anexadas a serviços, dentre os quais uma lavanderia coletiva mecânica. Os moradores deixavam suas roupas na lavanderia que eram lavadas e devolvidas prontas. Sua existência também não escapou a duras críticas. Evangelina Mavignier, autora de Trabalho Final de Graduação de 1948 sobre o conjunto é categórica: sua existência só se justificava pela falta de quintal nas casas e que melhor mesmo seria que as donas de casa executassem a lavagem, ficando assim protegidas de exporem sua pobreza. A lavanderia causava grandes constrangimentos (exposição das roupas velhas) e problemas ao conjunto já que na prática se lavavam roupas em casa e as secavam expostas aos olhos dos transeuntes, sejam nas calçadas, janelas e varandas. (Mavignier, 1948, p. 11-12)

Os técnicos não esperavam que os trabalhadores soubessem utilizar propriamente estes espaços, e menos ainda que eles o demandassem como direitos. Os conjuntos residenciais eram planejados e construídos nestes moldes justamente na convicção de que os trabalhadores vinham de condições de moradia condenáveis do ponto de vista moral e higiênico. As casas eram planejadas também para tutelar os moradores e moradoras, os transformando através da educação. Os moradores eram de origens e perfis variados, mas grosso modo vinham de uma elite trabalhadora, branca e assalariada. O argumento das condições precárias de moradia em favela não era vivido diretamente pelos habitantes dos conjuntos habitacionais salvo algumas exceções que pode-se indicar, como os moradores do pequeno conjunto de Paquetá no Rio de Janeiro. Até onde se sabe no momento, os moradores estavam no universo da moradia precária de aluguel, como os cortiços. (PDF, 1950; Nascimento, 2016; Mangabeira, 1986) As favelas eram o mote de construção da negatividade da habitação precária, que serviam como argumentos para aquilo que se desejava construir como projeto de condição operária e de cidade.

Carmen Portinho, em artigo de Yvonne Jean para o Correio da Manhã, explicita esta postura ao rebater as críticas ao Pedregulho, acusado de ser por demais luxuoso para uma população de favelados, explicitando :

<sup>16</sup> Lygia Fernandes foi arquiteta do Departamento de Habitação Popular. Formada na primeira turma da Faculdade de Arquitetura da ENBA em 1945, teve importante trajetória no serviço público carioca, mas também na realização de obras privadas, notadamente em Alagoas, sua terra natal. Entrevista concedida à autora em 24.01.2002.

Muitos nos advertiram: “Não vale a pena construir luxuosos prédios modernos, assim. Virarão favela, em breve! Não virarão favela porque ao mesmo tempo que se tira uma família de um meio péssimo é preciso educá-la. Educada, compreende, muito mais depressa do que se pensa, que é mais agradável viver bem que mal!! (Jean, 08/04/1951)

Se os espaços internos e seus usos eram mediados por equipamentos coletivos e a explicação profissional, restava ainda a divulgação e o mobiliário. A exposição da casa moderna era parte de lógicas de divulgação e convencimento das formas de morar. Seja em feiras de exposições, seja em um dos apartamentos nos próprios conjuntos, seja por meio da imprensa, as comodidades e as novidades das casas modernas constituíam terreno importante também da pedagogia do morar.

Na França, o “Salon des Arts Ménagers”, que existiu de 1923 a 1983, organizou grandes eventos, com palestras, exposições e publicações para divulgar e convencer sobre as melhorias da vida moderna. Em 1959, apresentou um apartamento ideal em escala real como resultado de enquête feita pelo Ministério da Construção, no que se chamou de “appartement référédu”. O referendo fez parte dos trabalhos de uma comissão que incluiu a presença de mulheres como Jeanne Picard – ativista pelos direitos das mulheres trabalhadoras – que visitou cerca de 300 domicílios e fez inúmeras consultas. (Rudolph, 2014, p. 150-159)

Como mostra Paul Landauer (2010, p. 81-82, 86), deste o início do século XX que os programas de habitação social franceses contavam com “apartamentos-testemunho, mobiliados e equipados” com o fim de ajudar os locatários a “bem habitar”. Nos anos 1950, os apartamentos-testemunho são substituídos por centros sociais, que, geridos por assistentes sociais, fariam as mediações do morar. O tema privilegiado pelas assistentes sociais tornou-se a iniciação ao conforto moderno: “não se ensinava mais o tricô, mas a utilização das máquinas de tricotar, não se instruía mais sobre como cozinhar, mas como usar os aparelhos domésticos”. Em todos os casos, a “mãe de família” terá, assim como no Brasil, um papel especial. (Landauer, 2010, p. 87)

As reportagens jornalísticas também serviram como fonte de divulgação e informações sobre as moradias, seja como crítica, seja como divulgação. Ainda no caso francês, em 1958 a revista francesa Elle acompanhou uma família na mudança para o conjunto residencial de Sarcelles, um dos maiores conjuntos da região parisiense, símbolo das realizações habitacionais francesas no pós Segunda Mundial. Sob o título de “Cités sans passé”, descrevia os habitantes como vítimas do “complexo de cobaia” e o texto era acompanhado de reportagem fotográfica que mostrava a solidão da mulher, a imagem triste de um estudante e uma longa fila de espera. (Landauer, 2010, p. 244)

Voltando ao caso do Brasil, as reportagens sobre as condições de moradia feitas por Carmen Portinho,

por exemplo, condenavam as formas precárias de moradia. Uma vez feito o Pedregulho, reportagens davam conta de divulgar e desmistificar as críticas. As matérias no *Correio da Manhã* da jornalista emigrada Yvonne Jean descreviam a vida no Pedregulho, as novidades e se admiravam com o “apartamento duplex separando de maneira feliz as salas, o terraço dos apartamentos pequenos, mas possibilitando uma vida média; o grande ‘playground’, onde as crianças podem brincar à vontade já que os automóveis não podem penetrar nesta parte do jardim; os lugares de recreio cobertos para dias de chuva; a piscina que é acessível a todos os moradores de São Cristóvão; o mercado, a lavanderia mecânica, o incinerador de lixo, o ambulatório, a parte social”. (Jean, 08.04.1951)

Ensinar a morar fazia parte das lógicas de constituição do Estado nos saberes das casas, em que normatizar a vida cotidiana era parte fundamental de um programa de habitação público. Um dos apartamentos do Bloco B1 do Pedregulho foi destinado ao Serviço Social do conjunto, mobiliado de maneira “moderna e econômica”, servindo de exemplo aos moradores, tão acostumados que estavam “aos móveis enormes, às florezinhas artificiais, às litogravuras baratas”. (Jean, 08.04.1951) As fotos do interior de um dos apartamentos do Pedregulho são deste apartamento, onde se identificam móveis assinados como a cadeira Butterfly dos argentinos Antonio Bonet, Juan Kurchan e Jorge Ferrari-Hardoy de 1938, a mesma que Carmen e Reidy

tinham em casa de Jacarepaguá, que se tornou uma máxima da ambientação moderna, um apelo ao “bom gosto” em diversos lugares em que as expressões do moderno estiveram em jogo<sup>17</sup>. O arquiteto Rubens Porto (1938), assessor técnico do Conselho Nacional do Trabalho e um dos responsáveis pela elaboração da política de construção de habitações para os Institutos de Aposentadorias e Pensões, publicou em 1938 o livro “O problema das casas operárias e os Institutos e Caixas e Pensões”, onde estão claros os conceitos norteadores da construção dos conjuntos dos IAPs. Defende a racionalização da construção, a construção de blocos residenciais com apartamentos duplex e a entrega das casas devidamente mobiliadas. O mobiliário interessava tanto quanto a configuração espacial da casa. Reduzida ao mínimo, não deveria ser uma casa burguesa em miniatura. Os móveis eram fornecidos para que a casa funcionasse adequadamente, ajudando a garantir que os usos previstos em projeto se cumprissem, e também para que o arejamento e insolação ideias fossem cumpridos, o que retomava aos debates das habitações higiênicas dos anos 1920 e início dos anos 1930. (Carpintéro, 1997, p. 135-138)

Para Paulo Garcez (1998, p. 206), a atenção ao mobiliário e ao interior das unidades revelava a intenção disciplinadora dos programas habitacionais feitos pelo Estado. Eram também forma de precaução contra a “eventual transferência de hábitos não higiênicos trazidos dos cortiços ou gêneros semelhantes

<sup>17</sup> Sobre a cadeira BKF ou Butterfly ver Lienur & Pschepiurca, 2008 e Rudolph, 2015, p. 102. Sobre seu uso no Pedregulho e na Residência de Carmen Portinho ver Nascimento, 2017.

de moradia”. O mobiliário também era parte das lógicas de promoção da casa, que incluíam, também, o próximo acompanhamento dos moradores. A primeira atividade das equipes do DHP no conjunto era o contato dos moradores com suas próprias casas e o ensinamento do uso “correto” das mesmas. As assistentes e a própria Carmen Portinho iam de imóvel em imóvel e explicavam às donas de casa como “utilizarem” os espaços, sugerindo, inclusive, a organização dos móveis. Os maiores problemas eram a cozinha e o banheiro, que, por não pertencerem ao repertório formal dos barracos, não eram utilizados devidamente:

(...) a única coisa que era mais difícil era o tipo de comportamento em relação à própria cozinha, a alimentação. Usar o fogão, ao invés de usar o fogareiro. Um dos problemas que eles tinham, por exemplo, era o banho das crianças. Estavam acostumados a encher o balde e jogar nas crianças. Aí subir e tomar banho no banheiro, de chuveiro, era mais complicado<sup>18</sup>.

A caminho de uma conclusão, foi possível pensar que do mobiliário ao território, a dimensão da promoção de habitação social pelo Estado passava pelo entendimento do “povo brasileiro”. Este, tal como construído pelo ideário estadonovista, sobretudo após 1942, era aquele extremamente carente nas suas necessidades mais básicas, mas que superaria tal condição a partir da ação estatal garantidora de uma vida digna de seu status de trabalhador e trabalhadora.

A promoção de habitação pelo Estado a partir dos anos 1930 veio na esteira das experiências de promoção de moradia privada para aluguel, nos embates técnicos pela apropriação do campo de saber pelas disciplinas da engenharia, da arquitetura e do assistencialismo, e floresceu no campo da certeza de que casa era espaço doméstico, mas não necessariamente privado, pois nele coabitavam planos e projetos de trabalhar e morar em sociedade. A educação passava por todas as facetas da vida familiar do trabalhador e da trabalhadora, indo de como utilizar um fogão a como administrar a casa, passando pela higiene pessoal. A arquitetura não era um objeto isolado e sim uma decorrência de sérias pretensões de transformar as maneiras de morar da população. Acreditava-se que o próprio espaço arquitetônico poderia operar mudanças, dentro do ideário que o homem transforma-se pelo meio em que vive, desde que acompanhado de serviço social. E eu encerro com a citação da assistente social Anna Augusta Almeida que mostra a aderência às condições de mudança.

**Tinha uma família que quando estava no barraco, era um dos mais sujos, mais sujos. Lá no Conjunto eles não tiveram nenhum problema.**<sup>19</sup>

Como campo de conhecimento para as mulheres de elite e como espaço vivido para as trabalhadoras, a habitação social foi foco apropriações e transformações. Os papéis femininos sobre os saberes da casa no Brasil ficam evidentes no debate sobre a mulher trabalhadora e nas lutas

<sup>18</sup> Entrevista concedida a autora em 24.01.2002.

<sup>19</sup> Idem.

por direitos desde os anos 1920. Mas é com a constituição do estado de direitos sociais do regime varguista - colocando o trabalhador, a trabalhadora e a família no centro das políticas sociais – que o tema

ganhou interesse estatal. O lugar da mulher na habitação social foi indissociável da família e de seus papéis políticos, seja como mulheres trabalhadoras, seja como mulheres de elite.

## FONTES

- BALTHAZAR, Horaciola S. **Serviço social em conjuntos residenciais**. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Social. Rio de Janeiro: mimeo, 1954.
- DHP. **Relatório do Setor de Serviço Social**. Rio de Janeiro: mimeo, 1961.
- JEAN, Yvonne. “O Conjunto Residencial Pedregulho”. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: 23.1.1949.
- \_\_\_\_\_. “Um conjunto residencial modelo”. **Correio da Manhã**, Suplemento. Rio de Janeiro: 8.4.1951.
- \_\_\_\_\_. “O arquiteto Reidy, a habitação popular e a Bienal”. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: data.
- IAPI. Relatório e Balanço Geral de 30/12/1940 3º Exercício. Relatório Apresentado pelo Conselho Fiscal. Rio de Janeiro, 1941.
- MAVIGNIER, Evangelina F. **Serviço social de família num conjunto residencial**. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Social. Rio de Janeiro: mimeo, 1948.
- \_\_\_\_\_. “Residência Mínima. O problema de arquitetura contemporânea”. **Acrópole**, nº38. São Paulo: jun. 1941. p.80
- OLIVEIRA, Marília M. G. **Da necessidade dos centros sociais nos Conjuntos Residenciais**. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Social. Rio de Janeiro: mimeo, 1954.
- OLIVEIRA, Nair Cruz de. **Uma experiência de um trabalho num centro social**. Rio de Janeiro: Serviço Social do Comércio, Depto. Nacional, 1955.
- PDF. **Regimento do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes**. Rio de Janeiro: Departamento de Habitação Popular, 1950b.
- PINHEIRO, Maria Esolina. **Serviço Social: síntese histórica do Distrito federal e Estado do Rio**. Rio de Janeiro: Ed. A Noite, s/d.
- PORTINHO, Carmen. “Habitação Popular”. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: 17.3.1946.
- PORTO, Rubens. **O problema das casas operárias e os Institutos de Caixas de Pensões**. Rio de Janeiro: s/ ed., 1938.
- SOUZA, Julieta Coelho de. **Alguns aspectos do serviço social na organização da família operária**. Trabalho Conclusão de Curso, Instituto Social. Rio de Janeiro: mimeo, 1944.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BEAUMONT, Cairríona. **Housewives and citizens. Domesticity and the women's movement in England, 1928-64**. Manchester: Manchester University Press, 2013.
- ABOY, Rosa. **Viviendas para el Pueblo. Espacio urbano y sociabilidad en el barrio Los Perales. 1946-1955**. Argentina: Universidad de San Andrés/ Fondo de Cultura Económica, 2005.
- ARAVECCHIA BOTAS, Nilce. Estado, trabalhadores e território: os subúrbios como personagens na Era Vargas. In: FARIA, Rodrigo de; REZENDE, Vera F.. (Org.). **O Rio de Janeiro e seu desenvolvimento urbano. O papel do setor municipal de urbanismo**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.
- ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce. **Estado, arquitetura e desenvolvimento. A ação habitacional do Iapi**. São Paulo: Editora Unifesp, 2016.
- BALLENT, Anahi; LIERNUR, Jorge Francisco. **La casa y la multitudvivienda, política y cultura en la Argentina moderna**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económico de Argentina, 2014.
- BLAU, Eve. **The architecture of Red Vienna, 1919-1934**. Cambridge: MIT Press, 1999.
- Blay, Eva. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.
- BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. (Org.). **Os pioneiros da habitação social**. São Paulo: Editora da Unesp/ Sesc, 2014.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria**. São Paulo: Estação Liberdade/ FAPESP, 1998.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DARLING, Elizabeth. 'A citizen as well as a housewife': new spaces of domesticity in 1930s London". In: HEYNEN, Hilde e BAYDAR, Gulsüm (orgs). **Negotiating Domesticity: Spatial Productions of Gender in Modern Architecture**. Londres: Routledge: 2005.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934)**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Cotidiano de trabalhadores na República**. São Paulo, 1889/1940. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- FEDERICI, Silvia. **O calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FOURCAUT, Annie; DUFAUX, Frédéric; SKOUTELSKY, Rémy. **Faire l'histoire des grands ensembles**. Bibliographie, 1950-1980. Lyon: ENS Éditions, 2003.
- FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2018.
- GARAY, Graciela de (Coord.) **Modernidad habitada: Multifamiliar Miguel Alemán, Ciudad de México, 1949-1999**. México: Instituto Mora, 2004.
- GILLIS, Stacy; HOLLOWS, Joanne. **Feminism, Domesticity and popular culture**. Londres: Routledge, 2010.

- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988.
- GORELIK, Adrian. **Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2002.
- HENDERSON, Susan. "A revolution in the women's sphere: Grete Lihotzky and the Frankfurt kitchen". In: LANE, Barbara. Housing and dwelling. **Perspectives on Modern Domestic Architecture**. Londres: Routledge, 2006.
- HEYNEN, Hilde e BAYDAR, Gülsüm (orgs). **Negotiating Domesticity: Spatial Productions of Gender in Modern Architecture**. Londres: Routledge: 2005.
- JENCKS, Charles. A. **The language of post-modern architecture**. Londres: Academy Editions, 1978.
- KOURY, Ana Paula. "Modern housing estates and the production of the Brazilian city (1937-1960)", **Planning Perspectives**, Vol. 24, 2019.
- LANDAUER, Paul. **L'invention du grand ensemble. La caisse des dépôts maître d'ouvrage**. Paris : Picard, 2010.
- LE MOS, Carlos. A. Cerqueira. **Cozinhas, etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- LIERNUR, Jorge Francisco e PSICHEPIURCA, Pablo. "Arte y vida: una casa en la ciudad, una silla en el mundo" In: \_\_\_\_\_. **La red austral: obras y proyectos de Le Corbusier y sus discípulos en Argentina – 1924-1965**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes/ Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.
- LIERNUR, Jorge. Introdução. In: BALLENT, Anahi; LIERNUR, Jorge Francisco. **La casa y la multitud vivienda, política y cultura en la Argentina moderna**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económico de Argentina, 2014.
- LIRA, José. **Warchavchik: fraturas da vanguarda**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- Mangabeira, Wilma. Lembranças de Moucouzinho (1943-1964): estudo de um conjunto residencial construído pelo Estado para os trabalhadores industriais. Dissertação (mestrado) IUPERJ. Rio de Janeiro: 1986.
- MARINS, Paulo César Garcez. "Habitação e vizinhança: limites de privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras." In: SEVCENCO, Nicolau (org.) Da belle époque à era do rádio. **História da Vida Privada no Brasil**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MELLO, Joana. **O Arquiteto e a Produção da Cidade. A Experiência de Jacques Pilon. 1930-1960**. São Paulo, Annablume, 2012.
- MICHEL, Geneviève; DERAÏNNE, Pierre-Jacques. Aux Courtillères. **Histoires singulières et exemplaires**. Paris: Creaphis, 2005.
- MUXÍ, Zaida. **Mujeres, casas y ciudades. Más allá del umbral**. Barcelona, DPR-Barcelona, 2018.
- NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Coordenadoria de Documentação e Informação Cultural, Gerência de Informação, 2008.

- NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Memória dos conjuntos residenciais modernos em São Paulo: preservação do patrimônio cultural e educação patrimonial**. São Paulo: Relatório de pesquisa, 2016.
- NASCIMENTO, Flávia Brito do. Da rede à BKF: a casa privada e o conjunto público de Carmen Portinho e Affonso Reidy. In: Flavia Nascimento; Joana Mello; José Lira; Silvana Rubino. (Org.). **Domesticidade, gênero e cultura material**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. p. 175-204.
- NASCIMENTO, Flavia; MELLO, Joana; LIRA, José; RUBINO, Silvana (Org.). **Domesticidade, gênero e cultura material**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, v. 1, p. 175-204.
- PAOLI, Maria Célia. "A Família Operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil". **Tempo Social**, no4. São Paulo: 1992. pp.17-41
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ROSATTI, C. G.. Habitar, Narrar e Construir: a casa moderna nos relatos biográficos de seus moradores. **SÉCULO XXI - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, v. 8, p. 851-888, 2019.
- RUBIN, Eli. *Amnesiopolis. Modernity, Space, and Memory in East Germany*. Londres: Oxford University Press, 2016.
- RUBINO, Silvana. "Corpos, cadeiras, colares: Lina Bo Bardi e Charlotte Perriand". **Cadernos Pagu** (UNICAMP. Impresso), v. 34, p. 331-362, 2010.
- RUBINO, Silvana. Lugar de Mulher. **Arquitetura e Design modernos, gênero e domesticidade**. Tese (Livre Docência) Unicamp, 2017.
- RUDOLPH, Nicole. At home in postwar France. **Modern Mass Housing and the right to comfort**. Nova York: Berghahn, 2015.
- TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. **Uma cosmopolita nos trópicos : a trajetória de Yvonne Jean no jornalismo carioca (1940-1950)**. Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2018.
- VARGA-HARRIS, Christine. **Stories of House and Home: soviet apartment life during the Khrushchev years**. Ithaca: Cornell University Press, 2015.
- VOLDMAN, Danièle. **Locataires et propriétaires. Une histoire française**. Paris, Payot, 2016.